



XXVI Plenária Nacional do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC Setembro de 2025

Plano de Ação do FNDC

Após a consolidação do Governo democraticamente eleito, presenciamos a rearticulação conservadora nas casas parlamentares em todo o país. Consequentemente, o Congresso e outros espaços viram proliferar pautas que atentam frontalmente contra a população, sobretudo atingindo as pessoas mais fragilizadas. Em que pese as iniciativas do Governo Lula para coibir ações contra os povos tradicionais e ao meio ambiente, é inegável o avanço da violência em todas as suas formas no campo e nas cidades. A articulação da direita internacional ganha contornos intervencionistas nunca vistos de formas tão explícitas, e países antes preservados de ataques comerciais agora são alvos de bloqueios e taxações que se ancoram no poderio midiático, econômico e militar.

No caso do Brasil, assistimos à tentativa de chantagem contra o Estado por parte dos EUA, tendo como um dos objetivos o fim dos esforços para se criar regras para o funcionamento das plataformas de redes sociais de propriedade das big techs, impondo-lhes responsabilidades de transparência e combate a crimes digitais. O lobby em favor dessas empresas por um país que conta com o maior poder militar do Globo e com largo histórico de intervenções armadas ou não reforça nossas certezas da necessidade de luta constante pela democratização da comunicação em escala mundial.

O cenário que apresentamos em nosso Balanço da Gestão aponta a complexidade da conjuntura e os grandes desafios que nos aguardam, destacando que precisamos urgentemente fortalecer a nossa organização para garantir ações articuladas que possam dar conta dos enfrentamentos a serem feitos para a construção de uma comunicação mais democrática.

A influência das empresas detentoras de plataformas e de instrumentos de inteligência artificial nos processos democráticos, invadindo a nossa privacidade e provocando rupturas sociais, está evidente. Já está na hora de darmos um basta e garantir a regulação destas ferramentas que vêm sendo usadas para estimular a violência e o ódio em nossa sociedade, colocando em xeque a própria democracia.

Devemos ter como objetivo, ainda, exigir a regulação dos mecanismos de vigilância eletrônica e de reconhecimento facial, que crescem a cada dia sem regras e sem mesmo respeitar a legislação já existente, a exemplo da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados. Também se mostra urgente a construção de uma comunicação pública que priorize as mídias alternativas e garanta a diversidade, através de uma comunicação inclusiva, onde as regiões, os povos e as diversas etnias se vejam representadas.

Entendemos que a prioridade do FNDC para esse próximo período é:

1) Organizar e fortalecer os comitês locais para defender o Estado Democrático de Direito e a Democratização dos meios de Comunicação, particularmente na perspectiva



de se pautar o próximo processo eleitoral, que promoverá eleições gerais ao final de 2026.

2) Fortalecer a incidência junto ao Governo e ao Congresso, apresentando as nossas pautas, colocando o FNDC como principal fórum articulador da sociedade civil que atua pelo direito à comunicação e garantindo o pleno diálogo social.

3) Fortalecer as instituições públicas, independentes e comunitárias de comunicação garantindo a participação da sociedade civil nos espaços de controle social e cobrando a criação de espaços de representação institucional, principalmente os ligados à comunicação.

É fundamental que estejamos articulados e tenhamos unidade em nossas ações, pensarmos diferente faz parte da nossa existência. Entretanto, é essencial, neste momento em que presenciamos a possibilidade de rompimentos da democracia e o crescimento do fascismo em vários países, estarmos unidos para defendermos o nosso projeto de uma sociedade democrática e inclusiva.

1) ORGANIZAR E FORTALECER OS COMITÊS LOCAIS

Para darmos conta desta tarefa precisamos repensar e reestruturar as instâncias do FNDC. Neste sentido, apontamos para 26ª Plenária Nacional um caminho, que deve ser atualizado, sempre que necessário:

a) Comitês estaduais e regionais

Os comitês estaduais e regionais do FNDC devem ser espaços abertos, coletivos e colaborativos, mas com um mínimo de organização funcional. Cada Estado deve moldar a estrutura e organização do comitê de acordo com sua realidade, respeitando as diretrizes estatutárias, e sempre visando a mais ampla participação e a unidade do movimento.

Manter regularidade nas reuniões e fazer chamados abertos, não apenas para as entidades e ativistas filiados.

É fundamental que os comitês definam quais são as agendas do direito à comunicação em seus locais e que consigam a partir dos eixos estratégicos definidos na Plenária do FNDC atuar localmente na articulação política, mobilização e incidência para a promoção de políticas públicas locais. No atual cenário, mais do que reproduzir nos Estados as campanhas nacionais do FNDC, é preciso que os comitês pela democratização da comunicação consigam traduzir a agenda geral em ações locais e também trazer ao conjunto do FNDC propostas de temas que possam mobilizar as demais regiões e Estados. Abaixo relacionamos ações a serem desenvolvidas:

- Incentivar a participação das articulações do movimento social nos Estados – comitês da Frente Brasil Popular, da Frente Povo Sem Medo – e outras iniciativas locais para, inclusive, levar a agenda da comunicação para estes espaços políticos, promovendo, quando possível, ações/formações pensadas com e para adolescentes, jovens e estudantes de modo que se integrem desde cedo à pauta da democratização da comunicação;

- Realizar nos Estados e municípios atividades públicas com foco nas políticas locais de comunicação, tendo como base o documento produzido pela Executiva Nacional, buscando engajar candidatos/as à agenda do direito à comunicação já nas eleições de 2026;

- Estimular os Comitês a enviarem mensalmente as ações e tarefas desenvolvidas localmente para que elas sejam divulgadas nos canais de comunicação do FNDC;

b) Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo precisa ser o centro político do FNDC entre as suas plenárias. As dificuldades financeiras e também a baixa compreensão política das entidades sobre o papel do Conselho têm sido obstáculos para que o CD cumpra esse papel. **É preciso inovar e buscar formas dinâmicas e criativas de envolver as entidades e comitês integrantes do CD no dia a dia do Fórum, para isso devemos:**

- Criar grupos de trabalho ligados aos temas com os quais o FNDC tem atuado,



106 especialmente os que dizem respeito aos eixos prioritários de atuação do Fórum para o
107 próximo período;

108 - Realizar um curso de formação com as entidades integrantes do Conselho Deliberativo
109 para que todos possam ter um conhecimento básico das principais agendas do FNDC,
110 especialmente dos eixos prioritários e realizar formação sobre temas prioritários também
111 com organizações locais;

112 - Envolver as entidades/comitês do Conselho Deliberativo pontualmente em, pelo menos,
113 uma tarefa para a concretização do Plano de Ação aprovado na plenária;

114 - Realizar reuniões virtuais ao menos uma vez por mês do Conselho Deliberativo para
115 buscar dar mais dinamismo ao envolvimento das entidades.

116

117 **c) Executiva do FNDC**

118 A Executiva do FNDC é composta por 7 entidades nacionais filiadas, eleitas para um
119 mandato de 2 anos e para tal, indicam um representante. É importante frisar que o mandato
120 é da entidade e não da pessoa que o ocupa. Nesse sentido, as assimetrias que temos
121 vivenciado no envolvimento dos integrantes da Executiva na construção cotidiana do
122 FNDC deve ser vista como uma responsabilidade da organização. Além disso,
123 consideramos fundamental que as demais organizações que compõem o FNDC,
124 sobretudo, as que integram o Conselho Deliberativo, participem ativamente na execução
125 das tarefas organizativas e políticas. Devemos compreender o FNDC como um espaço
126 coletivo e não de indivíduos. Para tanto a ação da executiva deve:

127 - Criar Grupos de Trabalho ligados às diferentes secretarias que compõem a Executiva do
128 FNDC de forma a compartilhar as responsabilidades na execução de tarefas nacionais e
129 locais como comunicação, mobilização, articulação, formação, finanças entre outros;

130 - Produzir um documento base de políticas locais de comunicação que possa subsidiar a
131 atuação dos comitês locais no engajamento de candidatos/as na pauta do direito à
132 comunicação;

133 - Disponibilizar para as entidades nacionais e comitês do FNDC, a cada reunião, o nome
134 dos responsáveis da Executiva pelas tarefas e ações definidas, como forma de dar mais
135 transparência e agilidade ao trabalho tanto da Executiva, quanto das entidades e Comitês.

136 - A coordenação do FNDC terá como horizonte a busca por desenvolver e utilizar
137 plataformas não proprietárias, optando sempre que possível pelo uso de softwares livres.

138

139 Por fim o FNDC, as entidades nacionais filiadas e os seus comitês devem:

140 - Organizar audiências públicas nos Estados para discutir o fortalecimento da comunicação
141 pública, na perspectiva de fortalecer a EBC, emissoras públicas estaduais e universitárias;

142

143 - Engajar-se na articulação de redes de comunicação pública locais e/ou regionais e incidir
144 nas articulações já em curso, visando promover o fortalecimento da comunicação pública;

145 - Cobrar compromisso dos/as governantes em âmbito local e políticas públicas do governo
146 federal de garantia da universalização do acesso à internet tendo como base as
147 formulações da Campanha Banda Larga é Direito Seu, da Campanha Internet Direito Seu
148 e da Internet Legal realizadas com ampla parceria do FNDC;

149 - Promover ações de formação junto a coletivos e movimentos que não são específicos da
150 comunicação sobre a desigualdade de acesso à internet no Brasil e suas implicações para
151 a educação, o trabalho cotidiano (teletrabalho) e para o próprio acesso a outros direitos,
152 para que possam nos apropriar do tema e incidir de forma mais qualificada;

153 - Promover ações em conjunto com coletivos e movimentos que não são específicos da
154 comunicação para reivindicar a universalização do acesso à internet no Brasil, com ênfase
155 nos movimentos estudantis, nas articulações sindicais de professores, entre outros;

156 - Dialogar e participar junto à Fenaj e outras entidades do debate sobre a taxação das
157 grandes plataformas digitais e suas redes sociais para a criação de um fundo de Apoio e
158 Fomento ao Jornalismo e aos Jornalistas visando financiar uma informação de qualidade
159 ao cidadão;



- 160 - Apoiar a criação plataforma para divulgar notícias exclusivamente produzidas por
161 jornalistas profissionais, vinculadas aos sindicatos da categoria e submetidas ao código de
162 ética da profissão;
- 163 - Reivindicar, em diálogo com movimentos e coletivos, a urgência em garantir estrutura
164 física e meios para incluir digitalmente povos, comunidades tradicionais, população rural e
165 periférica, garantindo condições para um acesso efetivo à internet, com qualidade de sinal
166 mesmo em situações de incapacidade de contratação onerosa;
- 167 - Disputar a divisão do espectro eletromagnético para garantir espaço adequado para a
168 comunicação pública e para a autonomia das populações e povos tradicionais;
- 169 - Avançar em formulação sobre agências reguladoras para as comunicações em meio à
170 convergência digital, considerando à pressão que virá para o ingresso na OCDE.
- 171 - Mobilizar as entidades para aprofundar o debate sobre soberania digital, discutindo todos
172 os aspectos que envolvem esse tema: Big techs e meio ambiente, regulação das
173 plataformas, vigilância eletrônica, Inteligência Artificial, entre outros.

2) FORTALECER A INCIDÊNCIA JUNTO AO ORGANIZAR A AGENDA COM O GOVERNO E AO CONGRESSO

177 Ao longo da nossa história construímos uma agenda que aborda todos os aspectos
178 relacionados à democratização dos meios de comunicação. Nessa agenda temos
179 determinados pontos que remontam à fundação do FNDC e ainda são atuais.
180 Atualizamos o plano de lutas aprovado na 24ª Plenária, que é resultado do acúmulo dos
181 nossos debates.

182 Uma das principais ações para esse novo período passa por uma articulação nacional do
183 movimento pela democratização da comunicação para reivindicar do governo a realização
184 da **II Conferência Nacional de Comunicação (II Confecom)**. Também devemos
185 estabelecer metas, cronograma de trabalho e reuniões de avaliação periódicas para a
186 efetivação das propostas da I Confecom: [1ª CONFECOM](#)

187

188

a) Dependência Tecnológica

189

190

191 O Brasil não conta com capacidade instalada de equipamentos para suprir uma eventual
192 falta ou falha dos sistemas de armazenamento e cabeamento de internet. Também, não
193 se pode ignorar totalmente a possibilidade de desligamento coordenado desses sistemas
194 como forma de retaliação comercial. Esse último aspecto ganha força diante das recentes
195 medidas tomadas pelo governo de Donald Trump.

196 Atualmente todo o cabeamento de internet do país está sob controle de multinacionais
197 estadunidenses e uma pequena parte controlada por empresas chinesas. O mesmo ocorre
198 com os “data centers”, estruturas que comportam dados de quem utiliza a internet. Sem
199 investir em estratégias para alcançar a autonomia tecnológica, mesmo com a regulação
200 das plataformas digitais, o Brasil continuará dependente das grandes empresas de
201 tecnologia - “big techs” - que controlam as principais plataformas da internet, como o
202 Google, a Meta e a Microsoft.

203

204 As taxas comerciais impostas pelo governo dos Estados Unidos ao Brasil mostram
205 interesses em mercados de serviços digitais financeiros. As medidas pretendem também
206 derrotar o sistema PIX de pagamentos eletrônicos, um serviço com alta utilização e
207 desenvolvido pelo Banco Central do Brasil. É inocente pensar que as movimentações de
208 Trump são descoladas de outras medidas. Os bancos digitais – “Fintechs” – e as “big
techs” incentivam os movimentos do governo dos EUA. O desejo dessas empresas é



209 operar as transações através de suas plataformas, como o WhatsApp Pay de propriedade
210 da Meta e mesmo cartões de crédito. A solução brasileira do Pix mostrou um caminho, no
211 caso dos pagamentos digitais, porém, na área de infraestrutura tecnológica e
212 equipamentos implantados o desafio é bem maior. Na camada de rede de aplicações e
213 onde operam as plataformas digitais e nossa dependência é profunda e temerária. De fato,
214 o Brasil está aos sabores e humores desse segmento em casos extremos e, como dito, o
215 cenário preocupa diante das iniciativas e posturas destas empresas diante de várias
216 nações.

217 **b) Colonialismo Digital**

218 O colonialismo digital é a capacidade de países que sediam as gigantes das tecnologias
219 das comunicações e informações, controlarem os fluxos econômicos, políticos e culturais
220 em países que não detêm essas estruturas digitais. A colonialidade e suas várias
221 subordinações só é possível diante da impossibilidade de os países em desenvolvimento
222 desenvolverem redes próprias de armazenamento e distribuição de conteúdo em rede. De
223 acordo com o pesquisador Michael Kwet, “as corporações estrangeiras minam o
224 desenvolvimento local, dominam o mercado e extraem a receita do Sul Global, com poder
225 obtido principalmente por meio da dominação da estrutural da arquitetura digital” e “o fato
226 de sediar as grandes big techs do planeta conferem aos Estados Unidos imenso poder
227 político, econômico e social”.

228 Enquanto no início do século 20 as empresas de petróleo eram as mais valiosas do mundo
229 em valor de mercado, hoje são as empresas de tecnologia da informação que lideram o
230 ranking das mais poderosas companhias do planeta. Das dez maiores em valor de
231 mercado listadas pela **Companies Markey Cap**, seis são da tecnologia da informação:
232 Microsoft, Apple, Nvidia, Alphabet/Google, Amazon e Meta/Facebook, todas sediadas nos
233 Estados Unidos.

234 É fato que entregamos nossos dados para o exterior e, com esses dados, os sistemas de
235 inteligência artificial (IA) criam produtos e serviços que vendem para a nossa população
236 extraíndo mais riqueza. **A pesquisa Educação Viglada**, deste ano, revelou que entre os
237 154 domínios de e-mails de instituições de ensino superior do Brasil, 74% são
238 armazenados no Google e 9% na Microsoft.

239 Inicialmente oferecidos como serviços, e que supostamente iriam nos isentar de
240 investimentos em armazenamento e distribuição de dados e informações, os servidores
241 geridos pelas “big techs” se apresentaram como uma solução fácil e eficiente. Entretanto,
242 a pressão exercida por esses segmentos, desde a primeira década do século 21, para que
243 cada vez mais empresas brasileiras terceirizarem suas estruturas computacionais, foi
244 traçada com o objetivo de apropriação concentrada de dados para direcionar os mercados.

245 **c) Pela Construção da Soberania Digital**

246
247 O grande debate que travamos ao longo da nossa história sobre os oligopólios e a
248 concentração dos meios de comunicação agora tem um novo aspecto a ser considerado.
249 Se antes o cenário era de elevada concentração da comunicação, onde cinco grupos
250 controlavam os 26 principais veículos de mídia no país, hoje temos uma nova realidade
251 com foco nas redes sociais e os grandes vilões são as big techs. Os serviços de rádio e
252 televisão passam a ser substituídos por podcasts e streamings, e o uso intensivo das novas
253 tecnologias acelera a formatação para a sociedade digital.

254
255 Continuaremos defendendo a regulamentação do Capítulo V da Constituição Federal, em



256 especial das regulamentações da proibição da constituição de monopólios e oligopólios na
257 comunicação e da regionalização da produção cultural, artística e jornalística.

258

259 As mudanças no setor nos fizeram ampliar este debate para além da radiodifusão – ainda
260 bastante concentrada – para questionarmos também os monopólios digitais, ou seja,
261 aqueles que operam na camada do conteúdo da internet. Empresas da chamada mídia
262 tradicional tem promovido uma acelerada migração para o ambiente online e isso implica
263 na reprodução de monopólios na rede. Basta verificar quais são os portais de notícias mais
264 acessados no país para entender que o poder e o controle se mantêm nas mesmas mãos.
265 Internacionalmente, empresas como Amazon, Facebook e Google ampliam seus
266 tentáculos sobre o controle dos conteúdos e, principalmente, sobre o controle das
267 sociabilidades conectadas, na medida em que operam circuitos de redes cada vez mais
268 fechados e auto referenciados.

269 Entendemos como positivo o lançamento do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial
270 (PBIA), durante a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. O PBIA tem
271 investimento previsto de R\$23 bilhões em quatro anos e tem por objetivo transformar o
272 país em referência mundial em eficiência na utilização de inteligência artificial, sobretudo
273 no setor público.

274 É fato, porém, que o Governo não tem uma política para construção da Soberania Digital.
275 A dependência tecnológica é gigantesca e os investimentos nesta área ainda são
276 precários. A oportunidade está batendo à porta, no entanto, precisa haver direcionamento
277 do Estado Brasileiro para apontar soluções de curto, médio e longo prazo para a
278 construção da autossuficiência digital, tanto física quanto tecnológica. Articular via os
279 BRICS e o MERCOSUL pode ser o caminho a ser perseguido. O Brasil tem grande
280 capacidade de articulação internacional e pode buscar acordos e cooperação no Sul
281 Global. É necessário, portanto, que haja políticas de estímulo para que os centros de
282 saber e infraestrutura se articulem.

283 A soberania digital ocorrerá quando formos capazes de controlar as tecnologias que são
284 indispensáveis para o nosso cotidiano, nossa autodeterminação e desenvolvimento. A
285 capacidade de controlar os componentes fundamentais do processo digital. Temos que
286 enfrentar o colonialismo de dados e ter infraestruturas de armazenamento e
287 processamento de dados soberanos e também controlar tecnologias estratégicas sob
288 gestão com participação da sociedade. O FNDC deve assumir o compromisso de
289 pressionar para que a nossa soberania digital seja alcançada, atuando junto a outros
290 sujeitos e campanhas como a “Internet Legal”.

291

292 **Ações Prioritárias:**

293

294 1) Desenvolver uma proposta para a regulamentação da radiodifusão, a partir de um
295 amplo debate com a sociedade, e com o objetivo de ampliar a concorrência e
296 garantir novos modelos de negócio, para a revitalização do mercado. A proposta
297 deve ser de uma legislação convergente para o setor de mídia tradicional e da
298 Internet;

299

300 2) Organizar uma campanha sobre os impactos do monopólio privado para a
301 liberdade de expressão e para retirada de direitos sociais. Acompanhar e denunciar
302 as irregularidades na expedição e exploração das concessões de rádio e televisão,
303 bem como dos arrendamentos e do controle de emissoras por políticos, visando
304 criar subsídios para os debates das renovações das concessões;



305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

3) Denunciar, em conjunto com outras organizações, as violações de direitos humanos e também os ataques uníssonos da mídia aos direitos sociais conquistados (leis trabalhistas, previdência etc.), sempre relacionando a concentração dos meios de comunicação aos impactos que isso traz à diversidade de opiniões;

4) Promover cada vez mais ações que visem incluir os movimentos negros, indígenas, quilombolas, de mulheres, de juventude e populares no movimento da democratização da comunicação, buscando construir relação mais orgânica e efetiva;

5) Defender e cobrar do Governo Federal e do Congresso Nacional, o estabelecimento de uma agenda digital não fragmentada nem dispersa, que dialogue com a sociedade civil e vise:

- A regulação da atuação, no País, das plataformas digitais, de modo a combater a desinformação, o discurso de ódio, a violência na Internet e práticas de mercado abusivas, que levem a oligopólio;
- A taxação das plataformas digitais por meio da criação de uma CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, para alimentar o Fundo Nacional de Apoio e Fomento ao Jornalismo;
- A universalização do acesso ao serviço de banda larga.
- Regularização de incentivos à economia criativa e à atualização da legislação do audiovisual e do Serviço de Acesso Condicionado (SEAC), na área da cultura;
- Implementação de políticas e ações de educação midiática;

6) Mobilizar a suas entidades para participar ativamente da campanha Internet Legal e pela construção de uma Soberania Digital, que vem sendo organizada em parceria com a CDR – Coalizão Direitos na Rede.

d) Liberdade de expressão, censura e democracia

O ataque à nossa democracia vem crescendo de forma preocupante. A falta de regulação nas plataformas e redes gera um cenário de impunidade, que estimula, cada vez mais, investidas contra os poderes constituídos e contra a sociedade, sobretudo aquelas mais fragilizadas e já excluídas. Assim, ataques às mulheres, aos povos tradicionais e à comunidade LGBTQIAPN+ tem se intensificado. O discurso de intolerância se materializa em ações violentas que vitimam membros desses grupos, em muitos casos, levando à morte.

A intolerância religiosa segue tomando feições de cruzada. A destruição de templos religiosos, não alinhados à ideologia dos que propagam mensagens de ódio, tornou-se prática de frentes formadas por líderes de facções criminosas, cooptados pelo neopentecostalismo sob a égide da “teoria da prosperidade”. Não bastante, essas frentes também direcionam sua violência aos povos defensores das florestas e militantes do meio rural e urbano. Com valores invertidos, enxergam qualquer indivíduo que faça a defesa do meio ambiente e a conquista de espaços saudáveis de convivência – nos campos e nas cidades - como inimigos a serem extirpados da sociedade.

356



357 É impreciso detalhar o comportamento dessas frentes, mas é certo que o negacionismo
358 científico é uma característica. Certo é que as redes sociais deram dimensão jamais vista
359 ao discurso de ódio e intolerância. Protegidos pela falta de regulação das plataformas
360 digitais, a propagação desse comportamento tende ao crescimento. A presença
361 significativa de representantes eleitos nos governos de estados e prefeituras, alinhados
362 com o discurso conservador e reacionário, que se aproveitam desse comportamento e
363 orientam agentes públicos para a violência desenfreada contra as populações mais
364 humildes e fragilizadas.

365
366 Apontamentos em organismos de defesa dos direitos humanos indicam que boa parte das
367 vítimas de perseguição e injustiças sofrem ou sofreram violências realizadas por membros
368 do Estado. A atuação da representante do FNDC, Jornalista Maria José Braga, no Grupo
369 de Trabalho Técnico – GTT Sales Pimenta, corrobora essas informações. É, portanto,
370 imperioso que o FNDC atue coletivamente na defesa do Estado democrático de direito e
371 que continue sendo um polo articulador com as demais entidades em defesa da
372 democracia e da liberdade de expressão.

373
374 Consideramos de extrema importância as iniciativas de órgãos de imprensa que estão
375 sendo promovidas em âmbito nacional e local, com destaque para a atuação e atividades
376 promovidas pela Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), Federação
377 Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
378 (ABRAJI), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e outras. Nessa linha, a participação
379 do FNDC no Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) tem sido fundamental para
380 construir pontes e ações unificadas com outras entidades do campo dos direitos humanos
381 e da defesa da liberdade de expressão.

382
383 Porém, essas ações também precisam ser incorporadas em nossos calendários e contar
384 com a participação da nossa militância.

385
386

387 **Ações Prioritárias:**

388

389 1) Seguir denunciando as violações à liberdade de expressão aos organismos
390 internacionais, priorizando as ações do CNDH e a parceria com a ACNUD;

391

392 2) Seguir denunciando as violações à liberdade de expressão e a violência contra
393 jornalistas e profissionais de comunicação que vem sendo promovida por governos
394 estaduais, tanto no ambiente virtual quanto no cotidiano presencial;

395

396 3) Somar-se a ação da FENAJ e contribuir com o levantamento da violência contra
397 jornalistas e comunicadores, denunciando os agressores e dando todo apoio às vítimas.

398

399

400 **e) Privacidade, proteção de dados e desinformação**

401

402 A privacidade, bem como a autodeterminação informativa, assegurada por meio do
403 estabelecimento de regras para o tratamento de dados pessoais, são fundamentais para
404 a liberdade de expressão e acesso à informação. No atual cenário, a proteção de dados
405 pessoais e o direito à privacidade ganham ainda maior relevância, uma vez que, os dados
406 são a base do modelo de negócios na fase atual do capitalismo. Cabe ressaltar ainda o
407 papel que a coleta de dados pessoais tem tido nos processos eleitorais, em especial,
408 quando da utilização desses dados para reprodução massiva de conteúdos nem sempre
409 pautadas em princípios éticos.

410



411 As “fakes News”, nos últimos anos, têm causado grande impacto negativo em diversas
412 democracias pelo mundo e o uso de informações falsas, combinado com a captura de
413 dados, operado e impulsionado pelas bigtechs, tem sido definidora no resultado eleitoral
414 de muitos países. Percebemos com isso o crescimento das violências, discursos de ódio
415 e intolerância, com empuxo no fanatismo religioso e o crescimento de valores
416 conservadores.

417
418 O aprimoramento das tecnologias que possibilitam a manipulação de vídeos e áudios
419 podem levar a desinformação a outro patamar. É o caso das chamadas “deep fakes”. É
420 preciso, portanto, acompanhar de perto estes avanços e promover um diálogo mais
421 aprofundado sobre este tema que envolve a utilização de Inteligências Artificiais e atuar
422 com atenção redobrada junto ao legislativo e judiciário.

423
424 Entendemos que o FNDC deva buscar proximidade, com os representantes
425 comprometidos com as lutas pela democratização da comunicação, na Autoridade
426 Nacional de Proteção de Dados – ANPD. Enxergamos ser um espaço a ser priorizado
427 pelas nossas entidades.

428

429 **Ações prioritárias:**

430

431 1) Defender o caráter multissetorial do Comitê Gestor da Internet (CGI) e da Autoridade
432 Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e a importância da transparência nas ações
433 destes órgãos de participação popular;

434

435 2) Defender a Lei de Acesso à Informação e exigir sua observância em todos os níveis e
436 esferas de poder;

437

438 3) Cobrar dos órgãos competentes a proteger as comunicações estratégicas do Estado e
439 os dados pessoais de todos os brasileiros, denunciando toda vez que recebermos alerta
440 de violação;

441

442 4) Realizar um encontro específico para tratar deste tema tão importante, convidando para
443 participar, o Governo, representantes da academia e os representantes da sociedade civil
444 no CGI e na ANPD;

445

446 5) Seguir participando e construindo a Coalizão Direitos na Rede (CDR) em especial
447 atuando e incidindo no GT de Liberdade de Expressão e no GT de Acesso, ambas agendas
448 prioritárias do FNDC.

449

450

451 **3) FORTALECER AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, INDEPENDENTES E** 452 **COMUNITÁRIAS DE COMUNICAÇÃO**

453

454 **a) Comunicação Pública**

455

456 Manter as ações de defesa e reconstrução da EBC, tendo como base as ações apontadas
457 no relatório final do Seminário que tratou da reconstrução da EBC e foi entregue a equipe
458 de transição ([Caderno de Propostas para a reconstrução da EBC e da Comunicação Pública](#)),
459 construindo ações de âmbito institucional junto ao Governo federal, estaduais e
460 municipais, articulando audiências nas casas legislativas das três esferas, bem como
461 manter a articulação em torno da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública.

462



463 Incentivar e orientar os comitês do FNDC a organizarem audiências públicas e/ou debates
464 nos Estados para discutir o fortalecimento da comunicação pública e denunciar o
465 desmonte das emissoras públicas estaduais tais como: RTV Cultura, Fundação Piratini,
466 TV Pernambuco etc.

467
468 Os comitês do FNDC devem participar das articulações em seus estados em torno de
469 construção de redes de governança e compartilhamento de conteúdos da comunicação
470 pública, a exemplo do que acontece no Nordeste, visando fortalecer a comunicação
471 pública em âmbito regional.

472
473 O FNDC deve se apresentar para ser o ator de concentração dos atores, entidades e
474 movimentos (especialmente populares, de classe e acadêmicos) que buscam incidir nas
475 políticas públicas de comunicação, especialmente na agenda legislativa.

476
477 O FNDC deve priorizar a aproximação com coletivos e movimentos étnico-raciais de
478 comunicação, a exemplo da Cojira – Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial.

479
480 Os desafios que se apresentam são múltiplos: garantir verbas no Orçamento de 2025,
481 consolidar a governança participativa e ampliar o alcance da EBC para todo o território
482 nacional, garantir uma programação que represente a diversidade e pluralidade de
483 pensamentos da sociedade. A Frente segue mobilizada, consciente de que a comunicação
484 pública verdadeiramente democrática exige vigilância constante e participação ativa da
485 sociedade. Neste sentido, a retomada da participação social na comunicação pública não
486 é ponto final, mas etapa fundamental no longo processo de construção de um sistema de
487 comunicação que efetivamente sirva ao interesse público.

488

489

490 **b) Comunicação Comunitária e Independente**

491

492 Na perspectiva de avançarmos na luta pelo fortalecimento da Comunicação Comunitária
493 e Independente devemos:

494

- 495 ● Recolocar na pauta o processo de distribuição dos Canais da Cidadania,
496 pressionando para que haja um Plano Nacional de Outorgas (PNO) para estes
497 canais, com garantias de ampla participação social;
- 498 ● Discutir a ocupação do canal comunitário DTH em audiências públicas;
- 499 ● Defender a implementação do Canal da Cidadania na TV Digital;
- 500 ● Exigir a publicação de um novo PNO para rádios comunitárias em territórios
501 tradicionais, quilombolas, indígenas e assentamentos da reforma agrária;
- 502 ● Incentivar a constituição de um fundo para financiar as mídias alternativas e
503 livres;
- 504 ● Lutar pela descentralização das verbas publicitárias governamentais em âmbito
505 municipal, estadual e federal.

506

507

508 **4. Outras recomendações estratégicas prioritárias:**

509

- 510 ● Reestruturação Institucional: Criar um comitê gestor para projetos especiais e
511 estabelecer critérios claros de participação das entidades filiadas, com
512 mecanismos de acompanhamento permanente;



- 513
- 514
- 515
- 516
- 517
- 518
- 519
- 520
- 521
- 522
- 523
- 524
- 525
- 526
- 527
- Expansão Territorial: Implementar núcleos regionais no Nordeste, Amazônia e Centro-Oeste, com metas específicas de parcerias locais (mínimo de 20 veículos até setembro/2027);
 - Sustentabilidade Financeira: Além do programa de sócios contribuintes (meta: 200/mês), desenvolver um plano agressivo de captação via editais temáticos e parcerias com fundações progressistas;
 - Integração de Frentes: Articular o programa "Vozes pela Democracia" com outras iniciativas midiáticas e campanhas do campo progressista, criando sinergias entre produção midiática e formação política;
 - Transparência e Comunicação: Implementar um painel público de acompanhamento das ações e resultados, fortalecendo a prestação de contas com a base social.